

Evocação de João Antônio ou do purgatório ao inferno^{*}

Flávio Aguiar

Em 29 de setembro de 1975 publiquei, no jornal *Movimento*, minha primeira crítica sobre algum livro de João Antônio. Era sobre *Malagueta, Perus, e Bacanaço*, livro que, publicado em 1963, saía doze anos depois de um injusto ostracismo editorial. Havia então um clima de “redescoberta” dessa obra de João Antônio que coincidia, em 1975, com um clima de “redescoberta” do povo brasileiro do povão das periferias e dos grotões, dos esquecidos.

Essa “redescoberta” se operava em parte da imprensa, da literatura e da crítica brasileiras, em particular, no caso da crítica, daquela praticada nas universidades e na então chamada “imprensa nanica”, por contraste com a “grande imprensa”. O próprio João Antônio, em entrevistas, ajudara a cunhar o termo “nanico”, designando a imprensa que fazia oposição à ditadura e aos grandes jornais às vezes cúmplices, às vezes instigadores do golpe de 1º de abril de 1964. Mais tarde essa imprensa ganharia o título mais galhardo de “imprensa alternativa”.

Esse artigo chamava-se *A palavra no purgatório*. Era breve, e ficou mais breve ainda, pois passou por cortes da censura, que era feita pela Polícia Federal, em Brasília, para onde tínhamos de enviar os artigos que sairiam no jornal.

Abria-se assim o primeiro parágrafo: “O essencial a compreender na obra de João Antônio é que ele vive a partir de um universo cristão”. Prosseguia assinalando que o cristianismo de João

* Comunicação sobre o escritor João Antônio no Simpósio Internacional *Brasil: país do passado?*, realizado em junho de 1998, no Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Livre de Berlim e no Instituto Cultural Brasileiro de Berlim (ICBRA).

Antônio era dos primevos, daquela cepa “que fez o Messias nascer e crescer entre os deserdados da terra”. Havia aí, para além das questões ligadas à militância imediata da crítica e do autor quanto à questão social e frente à dutadura, uma leitura da obra de João baseada no *Mimesis*, de Auerbach e outro tanto no *Anatomia da crítica*, de Northrop Frye. Fixava logo a seguir o descompasso entre os desafios quase desumanos e a natureza humana frágil dos personagens, centralizando o foco no menino franzino do conto “Frio”, que carrega um embrulho misterioso para um amigo e protetor mais velhos, atravessando a gélida madrugada de São Paulo com suas pernas nuas e o bater cadenciado de seus pés. Assinalava o contraste entre a sensação de frio que invadia o menino e a cadência sublinhada dos pés, definindo o jogo entre o aspecto frágil e a força tenaz que compõem a vida deste menino acorrentado às duras condições de vida entre os marginais e a polícia da cidade grande.

A seguir, situava a escolha feita pelo título: dizia que os personagens de João Antônio não habitavam o céu, nem o inferno, pois este seria reservado para os carrascos e os hipócritas. Não podia dizer isto em jornal submetido à censura prévia, mas minha idéia era a de que no mundo de João Antônio o inferno estaria reservado para os membros das classes dominantes e seus testas-de-ferro que fossem os verdadeiros responsáveis pelo rosário de misé-rias que seus contos desfiavam. Qualificava: “o purgatório — lugar de provação e privação, mas onde ainda não se perderam as medidas de uma melhor vida”. Penso hoje que essa minha leitura relativamente otimista do mundo de *Malagueta...* baseava-se sobretudo na visão final do conto “Meninão do caixote”. Neste conto o personagem Meninão, depois de peregrinar pela noite paulista aprendendo os segredos da sinuca — o que lembra a biografia do próprio João Antônio —, encontra a mãe que viera lhe trazer a marmita.

Depois do choro incontido, mãe e filho, no domingo, sobem a ladeira da reconciliação:

Havia namoros, havia vozes e havia brinquedos na rua, mas eu não olhava. Apertei meu passo, apertei, apertando, chispei. Ia quase chegando. Nossas mãos se acharam. Nós nos olhamos, não dissemos nada. E fomos subindo a rua.

A primeira edição do livro era de 1963. A matéria narrada devia ser de vinte anos antes, talvez, um pouco menos, um pouco mais. Como o Meninão do conto, os Brasis daqueles dois momentos eram vistos freqüentemente como jovens esperançosos de uma vida melhor. Éramos o “país do futuro”, como diz o livro de Stefan Zweig, que, pelo avesso, serviu de mote inspirador para este encontro. Em 1975, quando da publicação da crítica, o futuro voltava a delinear-se com fios de esperança. No ano anterior, a ARENA, partido do governo, fora derrotada nas eleições, em número de votos, sobretudo nas capitais. O MDB, controvertido partido de oposição institucional, só não chegara à maioria no Congresso Nacional graças aos truques de algibeira do governo, com os poderes discricionários do Ato Institucional nº 5, que refizera as proporções representativas, nomeara senadores biônicos (isto é, não-eleitos) e assim favorecera a composição conservadora. A esquerda, depois das derrotas da luta armada, recumpunha-se nos jornais de oposição — os que João Antônio e outros chamavam de “nânicos”. Alguns eram censurados, mas resistiam. O general Geisel, que acabara de assumir no lugar do duríssimo general Médici, acenava com uma “distensão lenta, segura e gradual”. Em meios oposicionais havia mesmo uma inquieta expectativa quanto ao que preparava, nos bastidores, o general Golbery, arquiteto da distensão que depois se tornaria “abertura”. Debatiam-se nos órgãos da imprensa nanica ou alternativa os rumos da esquerda diante da distensão do general Geisel, ainda que a censura perseguisse o debate.

Havia, sem dúvida, um sufocado grito parado no ar, como dizia o título de peça teatral dessa época. Mas ele lá estava, não era mais possível escondê-lo: a ditadura caminhava para o seu declínio. O chamado milagre econômico da ditadura, transformara-se no pesadelo da prestação numa perspectiva inflacionária crescente. Espremido o consumismo da classe média, a base de sustentação da ditadura mexia-se, abalva-se. Havia de fato espaço para a esperança: o purgatório, pois, me parecia a melhor leitura. Dizia ainda:

O essencial é que nenhum personagem de João Antônio está em sua medida. Um sopro transformador os desengonça a todos: eles se fazem símbolos, ao invés de ‘retrato fiel’, à la naturalismo do século XIX. São símbolos de uma peregrinação universal, daqueles que não têm nas mãos o próprio destino. João Antônio não bate fotos. Pinta quadros apaixonadamente deformados.

Logo depois a crítica apontava a existência de uma “redescoberta” de João Antônio pela imprensa, e de um modo geral, não apenas a nanica. Via nisso a idéia de que “agora sim” o povo invadia a literatura. Mas advertia: “nesse caminho se chega facilmente a absolutizar o ‘marginal’ dos contos e a ver nele não o símbolo literário de uma situação histórica, e sim o retrato do ‘próprio povo’, fiel e único possível”.

A partir daí a censura prévia, que era feita em Brasília, cortou o texto. Como perdi os originais, não posso restabelecê-lo em sua integridade. A memória me diz que eu abordava ali dois assuntos. De um lado, dizia que outras representações das classes subalternas podiam ter lugar no espaço literário, além da dos marginais consagrados por João Antônio. Havia o operário, o camponês, revoltado ou conformista. De outro, assinalava que João Antônio não escrevia para o público que descrevia, mas, sim, para leitores basicamente de classe média, e de elite (a que lia tais coisas). E que

o despertar mais amplo do interesse por sua literatura voltada para a descrição da marginalidade apontava para uma sensação generalizada de marginalização que a todos atingia, naquela altura em que as bases do milagre estavam já estremecidas e abaladas. As palavras podem não ter sido bem essas, mas era o que eu pensava, e assinalaria pelo menos em debates a propósito do sucesso de *Gota d'água*, peça de Chico Buarque e Paulo Pontes. A peça se passava entre personagens na maioria pobres ou no máximo, como se dizia “remediados”; mas eram pobres que moravam num conjunto habitacional, daqueles construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação nos milagreiros anos da ditadura. O traço da renovação habitacional e do aperto conseqüente que começava a se fazer sentir unia os pobres do palco à classe média a parte mesmo das elites na platéia. Essa parte mais reflexiva, enfim, não agradou à censura, fossem quais fossem seus termos.

Alguns meses antes da publicação dessa crítica, o mesmo jornal *Movimento* publicara (em 14 de julho de 1975) uma extensa entrevista que eu mesmo fizera com o autor. Eram quatro perguntas sobre a literatura em geral, sobre o livro que então estava para ser relançado, sobre seus novos projetos e sobre a presença das classes subalternas nas páginas literárias. Chamava-se, a entrevista, “Um escritor na República das Bruzungandas”, pluralizando o termo consagrado por Lima Barreto para caracterizar, de modo caricatural, o Brasil, o país que tinha a forma de um presunto de pernil, só que pendurado ao contrário, com o osso para baixo. João Antônio falava desabridamente sobre a necessidade de uma literatura que se voltasse para as “seguintes áreas sociais e de comportamento: futebol, umbanda, vida industrial, áreas proletárias e outras formas atuais de vida brasileira que estão aí, inéditas, esperando intérpretes e interessados”. Provocava: “Aos que me vierem com o farisaísmo e a dissimulação, o álibi da censura, lembro que a grande literatura russa foi escrita sob o jugo czarista. Certo?” (Isto o cen-

sor deixou passar; mas ele tinha razão.) Reclamava por seu famoso *Malagueta* estar há mais de dez anos esperando uma reedição e da falta de profissionalismo editorial: “Tudo o que um escritor ganha no Brasil é por acréscimo, nunca profissionalmente”. Chutava canelas, ao falar de seu projeto mais querido então: escrever um livro com o depoimento de um contemporâneo de Lima Barreto, seu preferido numa galeria de ídolos que compreendia Graciliano, Lins do Rego, Manuel Antônio de Almeida, entre outros: “[...] a intelectualidade segue povoada de muitos Joões das Regras, ditando normas, sempre afeitos a remandiolas, conchavos, altos lucros, beletrismos, vaidades, gloriuzinhas, paternalismos, amiguismos e o povo que se dane”. Dizia das qualidades necessárias ao escritor: “caráter, limpeza de espírito, coragem”, que lembram, meio de viés, as três virtudes teológicas, fé (que dá coragem), esperança (que limpa o espírito) e caridade (que mostra o caráter). E terminava dizendo que o escritor devia pegar um ônibus e ir conhecer o povão, abandonando a classe média, que havia estragado tudo, invadindo o samba, a gafeira, a casa de samba.

A leitura hoje destas passagens da entrevista me convence do exagero de João Antônio em muitas das suas declarações: mas era o *exagero necessário*. Eram tempos de desabafo, ainda que contido. E ler estas coisas ajudava o desabafo: o exagero, no que se podia dizer, ou ler, ou ouvir, compensava a contenção ainda necessária em tempos de arbítrio e repressão, embora mitigados.

Sete anos depois da crítica de *Malagueta, Perus e Bacanaço*, em agosto de 1982, o semanário *Leia Livros*, da Editora Brasiliense, publicava novo artigo meu sobre livro do autor, desta vez *Dedo-duro*. Neste ano já vivíamos sob a desconchavada presidência do general Figueiredo. Já houvera as grandes greves dos metalúrgicos no ABC paulista, além de greves nacionais de outras categorias de trabalhadores, e de paredes igualmente importantes em outras cidades. Estavam em ação ou em gestação o Movimento dos Sem-

Terra, o Partido dos Trabalhadores, a Central Única de Trabalhadores, o sindicalismo dos funcionários públicos — inclusive o dos professores das universidades —, o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita. Logo tudo isso desaguardaria no Movimento pelas Diretas-Já. A ditadura não caía, se esvaziava. De qualquer modo um novo desenho se esboçava para o Brasil; era problemático, cheio de entraves e de dificuldades, sobretudo essas decorrentes das nossas transições que nunca acabam, mas era novo, era outro, e tinha uma inspiração democrática. A distensão lenta, segura e gradual transformara-se em abertura, e agora, em que pesem as rédeas curtas do processo, havia novos elementos que escapavam claramente aos limites desejados pelos remanescentes do regime imposto a partir do golpe militar de 1964. Entretanto, desta vez situei os contos de João Antônio e seus personagens nas profundas do inferno. Abria assim:

João Antônio decidiu [descobriu] que vive no inferno, e é disso que nos conta, sem pudor nem temor. [...] O inferno, esse de João Antônio, não é um outro mundo, sequer um mundo estranho. É estes mesmo, nosso, por aí, só que desbastado do colorido esfuziante, do tropical-maravilha, das falsas esperanças.

A certa altura, citava a orelha do livro, escrita por Antonio Candido:

Os seus contos exploram quase sempre o chamado submundo, o outro lado que pagamos para não ver, ou para ver do palanque armado pelos distanciamentos estéticos. Mas ele nos arrasta para o centro da arena, porque é onde se instala, sem desprezo nem complacência, a fim de criar uma normalidade do socialmente anormal, fazendo com que os habitantes de sua noite deixem de ser excrescências e se tornem carne da mesma massa de que é feita a nossa.

Prosseguia eu:

No inferno — terreno em que a literatura se presta ao lusco-fusco violento e lírico da sátira — não há esperança e a melhor saída é não ter entrado. Por isso as personagens de João Antônio apresentam, como anjos-cotós, seguidos movimentos ascensionais, tímidos, caóticos, às vezes ridículos [...] e quase sempre frustrados. Do alcagüete do conto ‘Dedo-duro’, cujo último olhar, *para cima*, divisa um espaço publicitário onde ‘trocaram o cartaz vermelho de maiôs com a modelo novinha para a propaganda de extrato de tomate’, ao velho mulambento Bruaca, ex-primeiro taco de sinuca, que, morto, tinha a pose de um rei, todas as suas personagens são capazes desse gesto-no-vazio, esse jogar-se irônico diante do leitor [...].

A crítica chamava-se “De árvores cortadas” e no final eu esclarecia um dos sentidos desse título:

João Antônio certa vez me deu explicação sobre como ajuizar o valor de um livro. Disse ele que este deveria ter pelo menos o mesmo valor da árvore cortada para que ele fosse impresso. Esse *Dedo-duro* vale.

Mas é claro que o título tinha outro sentido, alegórico: as árvores cortadas éramos nós, o Brasil e muitos brasileiros, e a imagem se presta a um desdobramento interpretativo que pode não ter fim, indo da destruição ameaçadora de partes significativas da floresta amazônica ao genocídio da infância desvalida em nossas grandes cidades.¹ Ainda assim, a passagem que os dois artigos revelam, do purgatório ao inferno, me causa espécie na leitura de hoje em dia. *Malagueta*, trazendo para o coração da ditadura, embora este já padecesse de sopros debilitantes, para prosseguir na metáfora cardíaca, ventos do passado período populista, dava a esperança de

que o inferno totalitário fosse na verdade passageiro, e, portanto, purgatório. *Dedo-duro*, pondo no processo redemocratizante nascente a consciência da barbárie implantada e aceita, faceta institucional daquela “normalidade do socialmente anormal” de que falava Antonio Candido, e que fora o travo particular da ditadura (que ainda não terminara), cercava o esperançoso purgatório com as barras do inferno. Talvez houvesse algo que jamais passasse; não um pequeno traço do passado, e sim alguma honrosa cicatriz sempre presente. Quem mudara, eu, o escritor ou o país e a consciência dele: Provavelmente todos, embora a consciência do inferno apontasse para algo, no país, que seria infenso a mudanças.

Quero destacar alguns elementos que pertencem à moldura deste quadro lido na obra de João Antônio. O primeiro me vem da memória pessoa. Penso que a passagem do purgatório ao inferno cristalizava uma impressão profunda que me deixara o primeiro encontro com João Antônio. Fora em 1969 ou 1970, no Rio de Janeiro, em edifício da Praça Serzedelo Correia, onde ele morava, em Copacabana. Fui lá levado por amigo comum, Uirapuru Mendes, que com ele trabalhava na Editoria Bloch, sobretudo na revista *Manchete*. Eu publicara às expensas próprias, uma pequena plaqueta — *Contos e etc.* — de narrativas curtas em prosa experimental. Uirapuru levava o livrinho ao João Antônio e agora eu iria ouvir sua opinião. Disse-me com muito carinho que era melhor eu aprender primeiro a escrever contos tradicionais, para depois inovar, o que hoje eu traduzo por uma avaliação mais rigorosa, de que na verdade eu não sabia escrever nem em prosa tradicional nem inovadora. E era verdade. Mas a conversa continuou, por muitos rumos. João falava abraçado ao filho doente, com ele no colo. E falou muito — ele falava muito — das paisagens que conhecia, do Jaguaré, Presidente Altino, Lapa e outros, onde crescera, e daquelas paisagens da Centro do Brasil, da Baixada Fluminense, onde ele morava. O apartamento de João Antônio era em Copacabana, na zona sul; mas seu

coração tinha o tamanho do Grande Rio, da Grande São Paulo, da América desamparada, sua linguagem era a de uma livre adaptação do *ecce homo*, (eis aí teu irmão), seu abraço era com os miseráveis do mundo inteiro, e seu olhar abarcava tudo, reconhecendo, na opulência, a presença da miséria, e na miséria, a força da dignidade ou mesmo apenas da lealdade, como no conto “Frio”. A consciência daquele homem encantou-me, ao mesmo tempo em que me desesperava, pois começava então vagamente a entender que o buraco Brasil não só era mais embaixo mas era muito maior do que eu pensava. Para pensá-lo, era necessário muito mais do que o desejo de derrubar a ditadura na marra, que era o sonho generoso mas precário de minha geração, e umas quantas citações de inspiração marxista, que muitas vezes eram a porta de entrada, valiosa, mas igualmente precária, do mundo intelectual de muitos de minha geração — eu inclusive. Ali vi um escritor que tinha consciência do inferno em que vivíamos. Penso que se algum dia um jovem encontrou Dostoiévski, a impressão deve ter sido semelhante.

Outro elemento que compunha minha moldura de leitor era o de que entre uma crítica e outra eu aprofundara minha convivência com as leituras antropoliterárias de Northrop Frye, e estava começando a desenvolver uma pesquisa — que ainda não terminei — sobre o tema das *visões do inferno* na literatura brasileira. Essa perspectiva de leitura levou-me ao encontro de textos que vão dos de Anchieta aos do século XX neste final de milênio. E é claro que João Antônio, pelo impacto daquela entrevista e pela força de seus contos, tinha lugar privilegiado entre os autores em foco. O comportamento de João Antônio diante de seus personagens e do leitor é da tradição dantesca. Ele empreende uma viagem para um território densamente simbólico, tanto quanto descritivo da realidade urbana brasileira. Esse elemento simbólico, nos contos, prende-se menos aos personagens e mais à sua deformação pelo ângulo de visão proposto, que gira em torno de seu ponto focal, criando uma

percepção multidimensional da ação. Veja--se este trecho do conto “Meninão do caixote”:

Meninão do caixote... Este nome corre as sinucas da baixa malandragem, corre Lapa, Vila Ipojuca, corre Vila Leopoldina, chega a Pílhinhos, vai ao Tucuruvi, chegou até Osasco. Ia indo, ia indo. Por onde eu passava, meu nome ficava. Um galinho de briga, no qual muitos apostavam, porque eu jogava, ia lá ao fogo do jogo e trazia o dinheiro.

Lá ia eu, Meninão do Caixote, um galinho de briga. Um menino, não tinha quinze anos.

João Antônio faz malabarismos fantásticos com o ponto de vista narrativo nestas poucas linhas. A narração é em primeira pessoa, mas se despersonaliza em terceiro porque inicialmente o narrador fala de seu nome, não de si, embora ambos descrevam o mesmo trajeto, um antecipando o outro (a pessoa ao nome, primeiro, depois o nome à pessoa, pois a fama se adianta e agiganta o pequeno personagem). Na fugitiva perenidade da fama, o nome se espria num presente do indicativo que, sempiterno, cai naquele “chegou até Osasco”, que parece indicar um limite, mas retoma a viagem no imperfeito progresso do “ia indo, ia indo”, onde o sujeito já está elidido, reconfundindo os dois, ou três: meninão no ato, meninão nome e meninão-narrador que rememora sua iniciação nos territórios da masculinidade bruta — mas “autêntica” (palavra muito em voga nas décadas de 50 e 60) que o escritor vê nesses desvãos de nossa sociedade. O eu recupera sua identidade pelo pronome, mas se alça em metáfora: “galinho de briga”, onde a dimensão das lutas travadas no pano verde agiganta o menino, e ao mesmo tempo o diminutivo dá ternura e carinho à narração desse deslocamento, ou “deformação”, que faz do menino homem. Seguem-se uma frase nominal, depois desse uso torneado dos verbos, e uma definição pela negativa, quanto à idade. A frase de João An-

tônio negaceia, revela e oculta seu sujeito e seu objeto, num jogo de claro-escuro que é a alma de seu estilo e de sua opção pelo conto: João Antônio não poderia ser um romancista, por exemplo. Seu estilo é adequado à forma catastrófica do conto, que conta sem contar, revela pelo que oculta, até o momento final, quando o desenho se completa e o segredo se revela. Não se pode dizer que o Meninão em si seja “o símbolo” de alguma coisa; sua vida é a vida peculiar de uma infância nas ruas, botecos e noites de São Paulo industrializada e industrializante do imaginário brasileiro. Mas as deformações de sua imagem, que esse torneio das frases peculiar ao estilo de João Antônio ensaia, são simbólicas, sim, do esforço transfigurador, que faz dos meninos homens, dos pequenos gigantes, dos homens feras e das feras fomens e assim por diante, e que é característico do drama da sobrevivência neste mundo literalmente e simbolicamente sem eira nem beira.

Quanto ao torneio de sua frase, penso que ele, João Antônio, gostaria mais de falar no “suíngue” de sua frase. Com esse suíngue João Antônio consegue criar um panorama dramático e tenso, novamente, digo, propício ao conto, para recriar o mundo da marginalidade brasileira urbana, particularmente as de São Paulo e Rio. Ele se torna um visitador de infernos, como Dante, e, como este, vem dar notícia ao leitor do que viu e sabe. Só que, ao escrever dentro dos padrões tocados pelo realismo contemporâneo, os contos de João Antônio fazem de si e de seus narradores aquilo que em outro texto, este de 1978, e também publicado em *Leia Livros*, eu chamara de “mensageiros de Jó”: aqueles que vêm dizer ao que se crê feliz Jó que na verdade o porão, a casa, tudo está pegando fogo. E graças à sutileza de estilo João Antônio consegue escapar ao escolho em que se perde muito da literatura produzida nesta época: no afã de responder à barbárie auto-satisfeita que a ditadura procurava inculcar como padrão ético aceitável, num clima tardio de guerra fria e de guerra santa contra o “inimigo interno”,

algumas vezes a própria literatura se embruteceu, enveredando por um descritivismo em estilo naturalista requentado que explorava o feio, o sujo, o sangue, a violência, produzindo na verdade caricaturas involuntárias ao invés de personagens.

Quase dez anos mais tarde eu e João Antônio voltamos a nos encontrar numa aventura jornalística. Foi quando da fundação de *Brasil Agora*, semanário do Partido dos Trabalhadores que pretendia chegar a diário e que morreu alguns anos depois como quinzenal ou quase mensal. No número 10 desse jornal, em setembro de 1991, João Antônio publicou o texto, na verdade uma crônica com toques de reportagem, chamado “O leão de juba grande”. Digo de passagem que considero este texto, ao lado de “Meninão”, de “Malagueta, Perus e Bacanaço”, (o conto que dá título ao livro) e de “Paulinho Perna-Torta”, um dos melhores de João. Seu tema: o trabalho de mestre Francesco, o alfaiate que fazia os fardões para a posse dos escritores na Academia Brasileira de Letras.

Ali, com todas as armas do jogo de claro-escuro do seu estilo, através da visão respeitosa do trabalho de um mestre artesão, João desancava a nossa sociedade por inteiro e expunha o nervo da desigualdade ao fio de sua crítica, traçando ao mesmo tempo o enleio sinuoso de nossa própria literatura com os espaços das elites e com as coragens das denúncias.:

Machado de Assis, o carioca número um e nosso maior escritor em todos os tempos, fundou a Academia Brasileira de Letras.

Sutil e dissimulado, uma esfinge do Cosme Velho, talvez o maior caso de nossa literatura e, decerto, o mais perturbador até hoje. No século passado, ele escreveu uma pequena mostra de seu pensamento sobre o Brasil: ‘O país real, esse é bom, o povo revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco.’

Esse final de um texto que é brilhante em sua tessitura (imagem apropriada para uma crônica que fala de alfaiates e fardões) é

notável em sua construção, aproximando o mestre de sua personagem — Capitu — apontando-lhe a coragem das palavras e ao mesmo tempo expondo que dele, também, descende o fardão da academia. Há um paralelo entre escritor e alfaiate, entre grande artesão (como Mestre Francesco é, nas palavras de João Antônio) e grande artista, entre fio de ouro e palavra de corte, tudo jogado de encontro a este símbolo — o fardão —, símbolo da Academia e da distância da literatura e seus próceres para com a realidade que ela toma, por vezes, como objeto de comentário. Um grande texto, de um grande repórter, uma crônica de mestre por um contista excepcional.

Este, o Brasil de João Antônio. Um Brasil construído através da busca de uma adequação entre o valor estético, a forma, que aqui inclui uma visão sobre o gênero escolhido, o conto ou no último caso a reportagem com laivos de crônica, e a função da literatura. Este Brasil assim decomposto, analisado e recomposto, é retro, é raiz e é também projeto. Não se pode dizer que a literatura de João Antônio seja pessimista, nem mesmo amarga. Ela procura se valer do argumento de mostrar “as coisas como elas são”, deseducando o leitor para a apreciação de uma literatura que seja o adorno, ou o sorriso da sociedade, ou mesmo, e isso também é decisivo, uma literatura que se torne autocomplacente consigo mesma pela louvação da denúncia. Penso que o projeto desse Brasil de João Antônio está em levar as mentes e os corações de seus leitores à consideração da radicalidade como elemento decisivo na formação da consciência. É uma literatura radical, de uma estética radical, cujos personagens enfrentam situações-limite, e nisto reside uma certa grandeza.

Como no caso do protagonista do conto “Paulinho Perna-Torta”, que, considerando a provável abjeção de sua futura morte, perseguido e alcançado pela polícia, ainda glosa sua expectativa dizendo que naquele dia os jornais noticiem que o crime perdeu

um rei. Os contos de João Antônio partem da radical afirmação da humanidade daqueles a quem a aceitação como “normal” do “socialmente anormal” nega a própria condição humana. Pode-se assim deseducar o leitor dessa aceitação condenada e dar início à formação de uma nova consciência. João Antônio detém-se nesse impacto e abdica, felizmente, de uma literatura catequética. Por isso mesmo pode-se dizer que sua literatura, ao mesmo tempo em que traz para o presente a consciência da perda e das perdas do passado, volta-se também para o futuro, como construção da liberdade, pela deseducação do leitor.

Nota

1 A matriz arquetípica para o Brasil dessa árvore cortada está no romance *O Guarani*, de Alencar. Na primeira cena em que aparece, Peri está desafiando o jaguar ao lado do tronco decepado de uma árvore de porte que fora atingida por um raio. Jaz nesse tronco a imagem de uma linhagem interrompida pela catástrofe da conquista. Só que na visão idealizada de Alencar o corte de uma linhagem torna-se a possibilidade da construção de outra, e a palmeira do fim, com Peri e Ceci em seu alto, retoma, em outro plano, a fertilidade da seiva outrora interrompida. No caso de João Antônio, que despe a literatura dessa idealização, deseducando o leitor, por assim dizer, é a consciência mesma do corte e da irreparável perda que isso representa, que inaugura uma nova trilha na mente do leitor.

Bibliografia

Além dos livros de João Antônio citados no corpo do artigo, que tiveram várias edições e impressões no Brasil, vali-me também das seguintes obras e artigos:

Um escritor na República das Bruzundangas. Entrevista com João Antônio, por Flávio Aguiar. *Jornal Movimento*, S. Paulo, 14 jul. 1975, p.26.

João Antônio, o leão de juba grande, *Brasil Agora*, S. Paulo, nº 10, set de 1991, p. 16.

Aguiar, Flávio. *A palavra no purgatório (Literatura e cultura nos anos 70)*. S. Paulo, Editora Boitempo, 1997. Neste livro constam, reproduzidas, as críticas citadas no corpo do artigo.